

Servidores grevistas ganham anistia e militares não

BRASÍLIA — A Constituinte negou a anistia a marinheiros e praças da Aeronáutica expulsos das Forças Armadas em 64 através de atos administrativos, mas com motivação política. Por 406 votos contra oito e nove abstenções, os constituintes aprovaram a readmissão de todos os servidores públicos civis e dos empregados em todos os níveis de governo, incluindo fundações, empresas públicas ou mistas com controle estatal que foram punidos ou demitidos por terem participado de greves a partir de 1979. Apesar da quase unanimidade, o plenário votou sem saber exatamente quantos são os beneficiados pelo dispositivo.

A questão da anistia dos militares foi resolvida com a rejeição — por 213 votos a favor, 221 contra e 21 abstenções — de uma fusão de emendas patrocinada, entre outros, pelo líder do PMDB, Mário Covas. Os militares punidos por atos de exceção foram anistiados em 1979 e 1985.

Justiça — Ao encaminhar a favor da proposta, o senador Mário Covas disse que era uma injustiça deixar fora do alcance da anistia os marinheiros e praças punidos por motivos políticos só porque a forma da punição havia sido a dos atos administrativos e não a dos atos institucionais. Lembrando que os oficiais já haviam sido anistiados, Covas disse que “a pior injustiça é a que faz justiça para uns e deixa outros de fora”.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, criticou o fato de a proposta de Covas remeter para o Judiciário o julgamento sobre o caráter político ou não dos atos administrativos de expulsão dos marinheiros. “Pela primeira vez, o poder constituinte quer transferir para milhares de sentenças judiciais a concessão da anistia”, disse. Concluiu alertando: “Vivendo esse momento nervoso e delicado, peço que não aprove a emenda”.

O senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) rebateu o argumento de que a anistia aos punidos por atos administrativos abriria a possibilidade de revisão do afastamento das Forças Armadas de dezenas de milhares de militares. “O que se quer é dar o mínimo a 1.570 brasileiros. É uma situação absurda que

os oficiais que deram as ordens que os praças cumpriram em 64 estejam anistiados e eles não”, disse.

Falou por último o senador Jarbas Passarinho, que usou o argumento de que, como os atos administrativos basearam-se numa legislação anterior a 64, não geravam a necessidade de anistia política. “Em 64, para poupar os marinheiros, o ministro da Marinha, Melo Batista, serviu-se da lei do serviço militar, pedindo a antecipação do licenciamento. Não houve violência alguma”. Passarinho advertiu que, como os marinheiros haviam sido punidos com base nos regulamentos militares, a anistia nesse caso representaria um abalo para dois pilares das Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina.

Números — “É alguma coisa em torno de dez mil funcionários”, disse o deputado João Paulo (PT-MG), um dos signatários do texto de anistia dos funcionários grevistas. O deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos poucos que se absteve de votar, não parava de esbravejar após a divulgação do resultado, afirmando que são “mais de nove mil” os beneficiados. Bem mais modestos são os números apresentados pelo deputado Michel Temmer (PMDB-SP), que subiu à tribuna em defesa da emenda: “Não passam de três mil”.

Gritando “justiça”, dezenas de representantes dos servidores anistiados agradeceram a inclusão do dispositivo no Ato das Disposições Gerais e Transitórias. A partir da promulgação da nova Constituição, os anistiados deverão ser readmitidos em seus cargos. Não receberão, entretanto, qualquer compensação pelo tempo de afastamento, que não será computado para eventuais benefícios, como quinquênios ou promoções. Segundo Temmer, o tempo de afastamento será contado para aposentadoria.

Os principais beneficiados pelo dispositivo são funcionários dos Correios, que promoveram greves em 1985 e 1986. Aeronautas e aeroviários da Vasp também serão anistiados. Uma parcela menor fica com funcionários da Cosipa e da Companhia Siderúrgica Nacional.



Galerias explodem quando Ulysses dá por aprovada anistia a civis



Josino (E), Reguffe e Roure: os militares acompanham a votação

Josino, Roure e Reguffe Militares armaram forte assessoria e não perderam nada

Eles não andam fardados, não usam quepe nem coturno. Caminham com desenvoltura pelos corredores do Congresso e pelo plenário da Constituinte, conversando com parlamentares de todos os partidos. Mas apesar do traje civil e do ar descontraído e bem humorado que lhes é comum, eles não são menos militares, nem estão menos na ativa que os oficiais que dão expediente nos quartéis. Eles são os assessores parlamentares dos ministros militares na Constituinte, os grandes vitoriosos da votação que barrou a ampliação da anistia.

“Os três tiveram uma atuação muito correta e competente, e são tão civilizados e capazes de dialogar que acabaram, com muita cordialidade, impedindo que conquistássemos a questão da anistia para os militares cassados”, admitiu um dos maiores opositores dos oficiais de gravata, o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ). “No meu tempo de militar não havia este tipo de assessoria”, sustenta o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), para quem isso era uma falha. Segundo o senador, os oficiais das três Forças atuaram na Constituinte com “extrema discrição e eficiência”.

Amigos — Se alguém dissesse ao tenente-coronel aviador Pedro Josino, 46 anos, até janeiro do ano passado comandante de um esquadrão de aviões Bufalo em Manaus, que um mês depois sua missão seria defender os interesses da Aeronáutica na Constituinte, ele não acreditaria. Passados 15 meses, Josino fez muito mais do que executar sua missão entre os parlamentares, colaborando, por exemplo, para derrotar emenda que retirava do Ministério da Aeronáutica o Departamento de Aviação Civil. Fez amigos entre os constituintes, e costuma recebê-los para jantar às sextas-feiras.

“Além da cordialidade e da seriedade com que trabalham na defesa de seus pontos de vista, sem radicalismos, houve o convívio diário. E o resultado é que fiquei amigo de todos os assessores militares, especialmente de Josino, do qual sou conterrâ-

Governadores — Os governadores Moreira Franco e Waldir Pires iniciaram ontem, pelo Rio Grande do Sul, com o governador Pedro Simon, as articulações em busca da identidade do PMDB, que vai completar seu ciclo institucional com a promulgação da Constituinte. O partido, segundo Simon, terá de buscar “uma nova etapa”, comprometendo-se com um programa econômico e social e “identificando-se com a sociedade brasileira democratizada”. A tendência dos governadores, com o apoio de cerca de 100 parlamentares, é a de lançar uma chapa integrada por políticos que se

neó”, conta o deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), um dos frequentadores da casa do coronel.

Aliás, eles deixam em casa não só a farda, mas também suas patentes. É que no trabalho de convencimento dos constituintes, farda e patente imporiam distância.

Promoção — O então coronel Werlon Coaracy de Roure, 52 anos, comandava uma unidade de Artilharia quando trocou a farda pelo terno e a gravata e o quartel pelo Congresso, há dois anos e meio. A seu favor, trouxe a experiência de instrutor de Política da Escola de Estado-Maior, e de coordenador da área de direito constitucional. Promovido a general há três meses, *caroneando* uma dezena de concorrentes mais antigos, num julgamento onde funciona o critério do merecimento, o general acumula hoje a Diretoria de Patrimônio de Brasília e a assessoria parlamentar.

Roure admite ter estranhado muito trocar um posto de comando pelo Congresso, mas garante que a experiência foi agradável, e já fala com certa saudade quando pensa que deixará o Legislativo assim que a Constituinte estiver concluída.

Oportunidade — Sair do comando de um navio-escola e desembarcar na política também não estava nos planos do comandante Luiz Paulo Reguffe. Três anos de muito trabalho e de sucesso incontestável — duas leis votadas em 85 e 86, e agora referendadas pela Constituinte, incluíram a Marinha no pagamento dos royalties de petróleo, rendendo à Força nada menos que 40 mil dólares por dia — já lhe renderam uma ascensão funcional. Hoje, o capitão-de-mar-e-guerra é sub-chefe do gabinete do ministro da Marinha, mas, como o colega do Exército, acumula as funções, enquanto aguarda a promoção a contra-almirante, que certamente virá em julho.

“O que me motivou muito aqui foi a oportunidade de mostrar o quanto a nossa Marinha — que no início do século era a terceira do mundo e hoje é a quinta da América do Sul — está desaparecida”, conta Reguffe. Ele atribui o sucesso da assessoria ao próprio ministro, almirante Henrique Saboia, cuja orientação é sempre a de conversar com todos, respeitando a opinião de cada um e levando a eles as razões da Marinha, numa argumentação lógica, profissional e bem fundamentada.

consideraram progressistas na convenção de 21 de agosto que renovará o Diretório e a Executiva nacionais do partido.

Divergências — As divergências entre dois partidos comunistas — PCB e PC do B — até agora restritas a sua área de influência, estão causando problemas ao PMDB de Pernambuco. A procura de um candidato a vice-prefeito de Recife ligado à esquerda, o PMDB recebeu uma sugestão do PCB — o escritor Paulo Cavalcanti — que é vetada pelo PC do B.

Executiva do PMDB ficou contra Covas

A maioria dos integrantes da Executiva Nacional do PMDB — partido que, em seu programa, defende a anistia ampla, geral e irrestrita — votou contra a fusão de emendas patrocinada por Mário Covas concedendo anistia aos marinheiros. Entre os membros titulares da Executiva que são constituintes, o placar foi de três a dois contra a anistia, com uma abstenção: a do presidente do partido, Ulysses Guimarães. Votaram a favor da emenda Francisco Pinto (BA) e Walmor de Luca (SC); contra, o senador Mauro Benevides (CE) e os deputados Milton Reis (MG) e Roberto Cardoso Alves (SP).

Se forem incluídos os suplentes, o resultado ainda é contrário à anistia: cinco a quatro. Entre os suplentes, mantiveram-se fiéis ao programa do partido os deputados Márcio Braga (RJ) e Plínio Martins (MS); contra, os deputados Heráclito Fortes (PI) e Geraldo Fleming (AC).

Deputado prevê 2º turno difícil

O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) acha que depois de todas as lideranças do governo na Constituinte terem votado a favor da anistia aos demitidos das estatais vai ficar “muito difícil” o trabalho do *Centrão* para suprimir, no segundo turno, o direito de greve nos serviços essenciais, entre os quais estão as estatais. “Foi a maior loucura o que aprovaram aqui e, antes de tudo uma discriminação com os militares, que tiveram sua anistia rejeitada”.

Luís Eduardo Magalhães (PFL-Ba) afirmou que com a votação dessa anistia, três coisas ficaram provadas: “Que o governo permite em suas empresas a indisciplina que proibe nos quartéis; que não tem sentido a readmissão de 9 mil funcionários quando o governo procura conter o déficit público, inclusive congelando a URP; que a Constituinte deu um cheque em branco para todos os funcionários que quiserem fazer greve nos serviços essenciais pois, até a promulgação da Constituição, já estão anistiados por antecipação”.

‘Lobby’ ganhou votações de todas as teses

Afastados do poder, os militares mostraram, durante as votações da nova Constituição, que continuam fazendo valer seus interesses. Todas as suas teses foram adotadas. Além de um eficiente lobby, eles contaram com velhos aliados e com o temor de quem diz que não quer ver ameaçada a transição democrática.

Antes da anistia aos militares cassados, os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica cuidaram de interesses diretos, como o papel reservado às Forças Armadas pelo novo Carta e a manutenção do serviço militar obrigatório. Garantiram também uma ajuda extra para a aprovação do presidencialismo e dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Essas são as principais vitórias dos militares:

Ordem interna: Ao definir o papel constitucional das Forças Armadas, os constituintes garantiram aos militares o poder de intervenção na ordem interna do país. Uma espécie de polícia eventual. Restringiram o direito histórico de determinação das Forças Armadas, ao estabelecer que a intervenção só pode ser feita com a autorização de um dos três poderes.

Conselho de Defesa Nacional: A esquerda queria acabar com o Conselho de Segurança Nacional, executor da LSN. O plenário aprovou a alteração do nome do Conselho, fixando sua composição e competência.

Serviço Militar: Mantida a obrigatoriedade do serviço militar. Os militares resistiram muito em aceitar o serviço alternativo, que será cumprido pelos jovens quem manifestarem imperativo de consciência.

Ministério da Defesa: Apesar de forte a idéia da criação de um Ministério único, que englobaria Exército, Marinha e Aeronáutica, os militares conseguiram dissuadir os constituintes. Se fosse aprovado pelo plenário, o novo Ministério certamente seria chefiado por um civil.

Justiça Militar: O plenário rejeitou a proposta de que esta Justiça julgasse apenas militares. Ficou mantida a possibilidade de julgamento de crimes militares cometidos por civis, a serem definidos em lei.

Mandato: Num trabalho mesclado com o do Planalto, os militares reforçaram a defesa do sistema de governo presidencialista. Jogaram duro na aprovação dos cinco anos, dizendo, em notas e em entrevistas, que os quatro anos de mandato para Sarney poria em risco a transição democrática.